

É possível cavar o poço

Quando analisamos a atual situação do Brasil com a devida frieza, fica evidente o profissionalismo dos envolvidos no processo de falência da nossa nação.

Todos os setores produtivos foram, de uma forma ou outra, atingidos: seja pela incompetência em lidar com a tragédia no Rio Grande do Sul, pela omissão proposital na área de infraestrutura através da agenda eco woke ou pela política econômica conduzida pelo governo Lula.

No atual cenário geopolítico, a falência do Brasil é extremamente conveniente para diversos agentes. Desde o estamento anglo-americano até os imperialistas chineses, todos os grupos internacionalistas vêem a degradação do país como uma oportunidade estratégica.

Para que o Brasil seja quebrado de forma controlada e ordenada (para ser vendido em pedaços) é necessário que os gestores responsáveis pelo processo sejam os vendedores que articulam a entrega de cada fatia.

Os grandes bancos – especialmente aqueles com fortes relações internacionais – e políticos ligados a instituições globalistas são os preferidos das elites anglo-americanas e chinesas (os compradores). Se você achava que a situação já estava ruim com inflação alta, SELIC nas alturas e cortes no LOAS, saiba que o PT tem um talento especial para cavar ainda mais fundo.

No apagar das luzes de 2024, quase como um presente de Natal, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central surpreenderam o mercado ao anunciar um cronograma de transição para a adoção das regras contábeis do IFRS 9 pelas instituições financeiras, adiando um impacto significativo sobre o capital no curto prazo.

Atualmente, os bancos seguem a norma contábil para provisionamento de perdas com crédito estabelecida pela Resolução 2.682 do CMN. Contudo, em alinhamento com os padrões internacionais, passarão a adotar as regras do IFRS. Essa adaptação será feita por meio da Resolução 4.966 do CMN, que aumenta os requisitos de provisionamento para perdas, afetando especialmente bancos de menor porte.

- Os políticos e especuladores envolvidos no processo de falência do Brasil são profissionais
- Todos os poderes produtivos foram afetados negativamente durante o governo Lula
- Por que os poderes financeiros e financistas são queridinhos do Estado brasileiro?



Uma pesquisa do Banco Central com instituições financeiras que representam 84% do crédito no sistema mostrou que a adoção das novas regras resultaria em um aumento de R\$ 37,8 bilhões na provisão para perdas, equivalente a 10,7% do estoque atual. Para o sistema financeiro como um todo, isso representaria um impacto de 2,5% no capital total e 3% na posição de capital Nível I das instituições, ou seja, uma redução de 0,4 ponto percentual.

Com o novo cronograma de adoção gradual, estima-se que o impacto será reduzido a apenas 25% do previsto inicialmente para 2025, segundo relatório do Safra. O período de transição para as novas regras será entre 2025 e 2028. Antes do anúncio, o Santander havia indicado que a mudança, prevista para janeiro, poderia afetar a provisão e reduzir a posição de capital, mas não comprometeria a distribuição de lucros. Já o Itaú Unibanco, que vem se preparando desde 2018, afirmou não esperar impactos significativos no capital ou no custo do risco em 2025.

Enquanto isso, o agronegócio gaúcho, devastado pela tragédia no RS, não recebeu qualquer alívio da burocracia ou facilitação no acesso ao crédito. Ao que parece, o PT tem pelos financistas brasileiros e pelas elites internacionalistas o mesmo zelo, deixando claro onde estão suas prioridades.

